



ISSN 1984-5634

APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ

O ENSINO DE HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE: DISPUTAS DE NARRATIVAS, MÍDIAS SOCIAIS E NEGACIONISMOS

WILIAN JUNIOR BONETE¹

LISIANE SIAS MANKE²

ARNALDO MARTIN SZLACHTA JUNIOR³

A história, tanto em sua dimensão científica, quanto em sua dimensão escolar, está na pauta de diferentes debates na contemporaneidade. Nos últimos quatro anos, por exemplo, vivenciamos momentos de tensões na esfera da cultura histórica, sobretudo política, com discursos ultraconservadores e ameaças ao estado democrático de direito, e que se fizeram ecoar sobre a educação, às ciências humanas e sociais e, em especial, a formação docente.

Em termos de disputadas curriculares, observamos os recentes desdobramentos da reforma do Ensino Médio que retirou a autonomia da disciplina de História, diluiu seus conteúdos e temas numa forma de interdisciplinaridade perversa com outras áreas do saber (Geografia, Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso) que, por sua vez, ocasionou a redução de sua carga horária, abriu espaços para os chamados itinerários formativos e para disciplinas como “projetos de vida”, “empreendedorismo”, dentre outras. Crislane Azevedo e Débora Castro (2022) destacam que no documento da Base Nacional Comum Curricular (2018), que fundamenta o novo Ensino Médio, encontra-se formulado um conjunto de competências e habilidades que visa o desenvolvimento de uma formação para o atendimento das novas demandas do mercado de trabalho, para a produtividade e inovação e para a construção de sujeitos mais adaptativos ao capital. Tal perspectiva minimiza, por exemplo, a problematização da realidade, a construção de sentidos sobre a diversidade cultural, a solidariedade, empatia, memórias

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

COMO CITAR:

BONETE, W. J.; MANKE, L. S.; SZLACHTA JUNIOR, A. M. O ensino de história e os desafios do tempo presente: disputas de narrativas, mídias sociais e negacionismos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 6-14, jul.–dez., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

- 1 Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0971-4192>. E-mail: wjbonete@gmail.com
- 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5085-8791>. E-mail: lisianemanke@yahoo.com.br
- 3 Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós-Graduação em História (UFPE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5839-8224>. E-mail: arnaldosz@gmail.com

silenciadas e o ensino para a formação de uma consciência crítica e reflexiva sobre os diferentes fenômenos históricos que ocorrem na sociedade.

Nos últimos anos, principalmente pós-*impeachment* da presidente Dilma Rousseff – 2016 –, notamos um aumento nas perseguições e ataques frontais ao papel desempenhado por docentes em seu cotidiano escolar. Estes acometimentos foram impulsionados por discursos de ódio advindos de grupos ligados à uma extrema direita e a um neoconservadorismo, legitimados pela própria base governista do agora ex-presidente Jair Bolsonaro. Historiadores-docentes passaram a conviver com o receio de terem suas aulas filmadas e lançadas em redes sociais, de maneira descontextualizadas, de serem perseguidos e apontados como doutrinadores ou taxados, de forma pejorativa, como “esquerdistas” ou comunistas. (BONETE, 2022). Embora estejamos em um novo momento político, o que não significa que existam menos embates ou tensões, precisamos manter a luta por novas políticas de valorização do trabalho docente, pela autonomia, a segurança, a dignidade e a melhoria das condições do exercício do magistério nas escolas e nas universidades.

De modo concomitante a todas essas questões, é possível perceber a emergência de uma apropriação conservadora do passado e a produção de uma história que rechaça a historiografia e o lugar disciplinar da história, e que concebe os historiadores como falsários e manipuladores do conhecimento. Tal produção tem o objetivo de delinear narrativas históricas tendenciosas, para fins ideológicos, e são estabelecidas principalmente em plataformas digitais, com linguagens alternativas, cômicas e simplificadas para atingir amplas audiências. (MENESES, 2019).

Esses usos abusivos do passado têm servido, a grupos reacionários, como estratégia para questionar a autoridade dos historiadores e criar empecilhos para a realização do debate público acerca de temas sensíveis, como as memórias das ditaduras, a escravidão, o racismo, os genocídios, o Holocausto, os direitos humanos, dentre outros, como se tudo fosse uma mera questão de opinião, de subjetividade, de retórica ou de interpretação. Esse movimento de relativização do passado, de minimização de experiências traumáticas e de falas negacionistas, muitas vezes em nome de uma falsa “liberdade de expressão”, acaba por seduzir muitos jovens e adultos, cenário que é amplificado pelas mídias sociais digitais. (MENESES, 2019; BAUER, 2021; NAPOLITANO, 2021).

A noção de cultura histórica nos é decisiva na compreensão dos fenômenos que inter cruzam a escola e o ensino de história. Na perspectiva de Jörn Rüsen (2022), a cultura histórica envolve as criações artísticas, as lutas e relações pelo poder, as diferentes estratégias de investigação científica, a educação em contextos escolares e extraescolares e a memória histórica pública. Trata-se da manifestação de diferentes formas de pensamento e ações humanas, uma expressão que reúne fenômenos e saberes históricos sintetizados nas universidades, nas mídias e em diferentes instituições culturais. Rebeca Gontijo (2019), de forma mais pontual, afirma que a cultura histórica é o modo pelo qual nós elaboramos, interpretamos e transmitimos nossas experiências, no tempo e nos diferentes espaços.

A sala de aula, no âmbito de uma cultura escolar, entendida num sentido mais amplo que envolve os distintos modos de pensamentos, conhecimentos, interações, teorias, normas, estruturas e práticas inerentes às instituições educativas (CHERVEL, 1990; JULIÁ, 2001), constitui um importante espaço para que professores e estudantes construam caminhos para uma aprendizagem histórica significativa, que apresente críticas a factualidade, a versões homogêneas sobre o passado e que possam combater as narrativas negacionistas, revisionistas, falaciosas, sempre em defesa de uma dimensão ético-política do

fazer docente e do ofício do historiador. Tal noção de cultura escolar também nos leva a compreensão de que a escola, com seus diferentes sujeitos, não está isenta ou imune aos efeitos do que é produzido na sociedade.

A historiografia e o ensino de história, bem como aquelas produções reacionárias e conservadoras de uma história revisionista com fins ideológicos (MENESES, 2019), são elementos que emergem na cultura histórica da sociedade e exercem um peso sobre a formação do pensamento, das ideias e opiniões dos diferentes sujeitos. É por este motivo que consideramos que a cultura escolar é perpassada por questões que vão muito além da sala de aula, pois entrecruzam narrativas e discursos que são produzidos e captados no âmbito midiático, especialmente aqueles provenientes de plataforma digitais como *youtube*, de rede sociais como *instagram*, *facebook* ou *twitter*, e de linguagens pautadas em memes, músicas, imagens, games, filmes, dentre outras.

A sala de aula é, pois, um dos principais espaços de debates de uma narrativa histórica científica/acadêmica e, conseqüentemente, um espaço de construções históricas. Historiadores-docentes (OLIVEIRA, 2020; MATOS, SENNA, 2011) tem como objetivo falar das tendências e representações de uma dada época de acordo com as demandas da sociedade atual.

A partir dessas considerações, pontuamos que ensinar e fazer pesquisa em ensino de história constituem um grande desafio no cenário brasileiro, marcado pela presença de mídias e redes sociais digitais que permitem uma ampla circulação de ideias e visões sobre o passado com potenciais de impactos sobre o trabalho docente em sala de aula. Essas e outras questões estiveram na origem da elaboração deste dossiê temático e foram abordadas e aprofundadas, sob diferentes ângulos e perspectivas, pelos autores e autoras em seus respectivos textos.

O primeiro conjunto de artigos discute diferentes questões relacionadas aos silenciamentos, negacionismos e revisionismos históricos que estão presentes em narrativas de livros didáticos, em mídias digitais e redes sociais e são geradoras de *fake news* e de ideias equivocadas sobre o conhecimento histórico de temas sensíveis e memórias traumáticas do tempo presente. O segundo conjunto de textos discute o currículo de história em diferentes perspectivas, ao considerar a estrutura educacional que define os conteúdos e os objetivos da disciplina ao longo do tempo, no que se refere às mudanças em relação às concepções do ensino de história, assim como, os elementos envolvidos nos processos e práticas de ensino e aprendizagem da história, como as fontes históricas, os livros didáticos, a interpretação, a capacidade de contextualização histórica, e a produção dialógica do conhecimento histórico. O terceiro conjunto de pesquisas aborda distintas análises das representações sociais de estudantes sobre o comunismo, o anticomunismo, a educação em direitos humanos, videoaulas de *youtube*, a divulgação e a alfabetização científica, bem como as concepções de história entre os/as estudantes universitários.

O texto de abertura do dossiê intitula-se “Práticas de ensino de história: diversidade e diferença entre as disputas de narrativas que circulam na escola”, de Cristina Ferreira de Assis e Gilmário Brito, e se propõe a compreender as práticas de ensino de história como espaços de produção do conhecimento, como enunciador de identidades multiculturais, da diversidade e dos direitos humanos. Além disso, abordam-se discussões que perpassam os silenciamentos de sujeitos e grupos subalternizados ou inviabilizados nos currículos e livros didáticos de história, as políticas públicas e os temas relacionados à diversidade e às diferenças no ensino de história, as narrativas negacionistas produzidas na contemporaneidade e a proposição de práticas educativas consubstanciadas na interculturalidade e interepistemologia.

O artigo intitulado “Desafios da historiografia e do ensino de história – enfrentando o negacionismo e o empreendedorismo”, escrito por Eduardo Roberto Jordão Knack e Lidiane Elizabete Friderichs, nos apresenta uma instigante análise sobre as possibilidades de se construir enfrentamentos aos negacionismos e ao empreendedorismo, enquanto uma faceta do neoliberalismo, e que apresentam-se nos atuais currículos e nos discursos conservadoras de parte da sociedade brasileira. Para tanto, são revistos alguns dos debates sobre ciência, objetividade/ subjetividade no conhecimento histórico, ao longo do século XX, e destaca-se a necessidade da luta contra os desmontes da autonomia da disciplina de história nos currículos, a cientificidade frente aos negacionismos e revisionismos e a construção de pontes de diálogo entre o trabalho do historiador e a sociedade.

Os discursos negacionistas sobre a ditadura militar constituem o tema proposto por Geovany Pereira Valle e Jean Carlos Moreno no artigo “A ditadura militar e os desafios do ensino de história no tempo presente: disputas de narrativas, mídias sociais e negacionismos”. Os autores apresentam os resultados de uma investigação que explorou os sentidos das memórias sobre a ditadura militar que estão presentes no ciberespaço, em diferentes mídias sociais e plataformas digitais e os impactos sobre o ensino de história e o debate público sobre o tema. Dentre todas análises de fontes, vídeos, comentários de internautas, além de uma abordagem de textos e obras sobre a ditadura militar, bem como os conceitos de negacionismos e revisionismo, os autores apontam que os professores não poderão ignorar essas produções e apropriações conservadoras do passado, pois são narrativas que chegarão à sala de aula e cruzarão os debates e temas das aulas de história.

Os memes são importantes fontes para o ensino e a pesquisa em história. Nessa direção, Rosenilde Alves de Lima e Sonia Maria de Meneses Silva elaboraram o artigo intitulado “A sedução negacionista na linguagem dos memes como problema para o ensino de história da ditadura militar”, cujo objetivo central é analisar um conjunto de memes, de cunho negacionistas, relacionados à ditadura militar. As autoras apresentam o debate em torno da linguagem dos memes, aportes sobre os negacionismos e revisionismos históricos e suas implicações no ensino de história.

O artigo “Passado em disputa: desafios e possibilidades para o ensino de história” escrito por Robson Rodrigo Pereira da Fonseca e Caroline Jaques Cubas, aborda as disputas pelo passado e o lugar Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC), e analisa as possibilidades da aproximação de estudantes e professores, instiga a pesquisa e as possibilidades da promoção de um ensino de história significativo que aproxime saberes históricos e tecnológicos. Ao longo do texto é apresentado, de forma crítica, diferentes narrativas e discursos negacionistas/revisionistas de determinados temas da história, bem como as relações entre as tecnologias e o ensino de história. Por fim, Fonseca e Cubas propõem que as narrativas que chegam até à sala de aula podem ser utilizadas para fins de pesquisa e para que sejam desenvolvidas propostas analíticas de combates às *fake news* e a desinformação em relação aos saberes históricos.

Nas diferentes mídias e plataformas digitais encontramos, no tempo presente, uma grande circulação de ideias e defesas, feitas por certos sujeitos, do nazismo. Wilian Junior Bonete e Lisiane Sias Manke abordam estas questões no artigo intitulado “Sobre os sentidos e os efeitos do passado no presente: a presença da temática nazista em uma conversa no episódio 545 do programa *Flow Podcast*”. O propósito maior do texto é problematizar historicamente os sentidos que carregam as palavras ditas no programa e identificar os aspectos relativos aos seus efeitos na consciência histórica de internautas,

ao construírem diferentes argumentos sobre o posicionamento do apresentador do programa *Flow Podcast*. Ao final do texto, os autores lançam um olhar sobre os desdobramentos da temática do nazismo no ensino de história e as possibilidades para o trabalho em sala de aula.

O artigo intitulado “Reflexões sobre a história do ensino de história e sobre quais histórias queremos contar”, de Jéferson Schneider Iéque e Adriana Duarte Leon, analisa a disciplina de história em uma perspectiva histórica, apresentando as características da disciplina ao longo dos anos, suas concepções, práticas e funções nos mais diversos contextos sociais. Para os autores, os desafios enfrentados pelos educadores nos dias atuais incluem lidar com a disseminação de informações falsas e o aumento do negacionismo, exigindo a aproximação dos conhecimentos históricos com as questões que envolvem o cotidiano dos estudantes, para que se efetivem os processos de aprendizagem.

Ao considerar a relação entre os contextos escolares e o currículo, Renan Santos Mattos, no artigo “As fontes históricas e os tempos de incertezas: em defesa do ensino de história na educação básica”, problematiza a presença das fontes históricas no ambiente escolar. O texto narra a experiência de um professor-historiador registrada em seu diário de campo, com o intuito de reafirmar a aula de história como um espaço de encontro entre diferentes perspectivas. Além disso, o artigo explora como o uso de fontes históricas pode ser uma estratégia para enfrentar a uniformização curricular, permitindo a construção de espaços escolares que valorizam a negociação de diferentes pontos de vista.

O artigo de Márcia Elisa Teté Ramos, denominado “A Revista Nova Escola e a tradução curricular sobre a competência socioemocional”, se ocupa em analisar as apropriações da revista Nova Escola em relação aos currículos escolares, destacando a ênfase na competência socioemocional presente, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais dos anos 1990, até a Base Nacional Comum Curricular de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O texto argumenta que a concepção de competência socioemocional combina elementos da dimensão economicista da pedagogia das competências e a dimensão emocionalizada das “pedagogias psi”. Assim, a revista foca em propostas para o desenvolvimento da competência socioemocional nos/as jovens estudantes. Embora o discurso seja convincente ao propor habilidades como protagonismo, equilíbrio, resiliência, autonomia e autoestima, essas competências são direcionadas para o mundo do trabalho regulado por políticas neoliberais.

O currículo em ação é tratado no artigo “A pandemia, o ensino de história e os novos desafios: a utilização de réplicas de materiais líticos com alternativa pedagógica”, de autoria de Tamires Xavier Soares. O texto analisa a implementação de um plano de aula aplicado durante o retorno às aulas presenciais em formato híbrido em 2020, que teve por objetivo criar um ambiente de aprendizagem significativo e promover a educação patrimonial, utilizando réplicas de objetos culturais de povos do passado. A proposta levou em consideração os desafios enfrentados pela comunidade escolar durante a pandemia e o ensino remoto, além das habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados indicam que o estímulo à criatividade, ao diálogo e as atividades práticas, contribuiu para o aumento da confiança e a participação dos/as estudantes, tornando-os mais autônomos e proativos durante as aulas.

O artigo intitulado “Bicentenário pra quem? O processo de construção da cidadania através de uma análise das representações dos povos indígenas de Pernambuco nos livros didáticos”, de Carmelita Costa Zuzart, tem por objetivo investigar se os livros didáticos de história preparam o estudante para compreender o Brasil contemporâneo, apreciando a questão indígena como pauta social urgente. O

texto aborda a atual situação dos direitos dos povos indígenas no Brasil, problematizando o papel do ensino de história na transformação dessa realidade. Para tanto, utiliza cinco revoltas ocorridas em Pernambuco como exemplo, para analisar a representação dos povos indígenas em livros didáticos e sua relação com a construção da cidadania no Brasil contemporâneo.

A lei que regulamenta o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira é o tema do artigo “A lei 10.639/2003 em perspectiva: impactos e dificuldades à implementação no município de Pelotas durante o ano de 2021”, de Camilla Meneguel Arenhart, no qual avalia os limites para a execução da lei 10.639/2003, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, no período pandêmico que coincide com o contexto de ressurgimento das manifestações públicas do racismo antinegros. A autora afirma que a cidade, com sua história de exploração do trabalho escravo na indústria do charque, apresenta uma característica demográfica de marginalização da população negra, feita em sua exclusão socioespacial e no apagamento sistemático do papel desempenhado por negros e negras na construção da sociedade local. Assim, as ações adotadas para a reflexão sobre o racismo no município são frequentemente enfraquecidas pela crença equivocada de que a igualdade formal e legal supera as disparidades raciais.

No artigo “Representações sociais de estudantes do ensino médio sobre o comunismo: possíveis implicações para o ensino de história” de autoria de Ivan Andrew Campos Haxton, Elisvânia Amaro da Silva e Cláudia Pinheiro Nascimento, aborda que a repressão ao comunismo, uma das principais características da história brasileira do século XX, teve um impacto abrangente em diversas esferas da sociedade, incluindo a educação. No entanto, alegações de doutrinação comunista no sistema educacional brasileiro têm sido difundidas por atores da extrema-direita, como o movimento “Escola Sem Partido” e o escritor Olavo de Carvalho. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar as representações sociais de estudantes da 3ª série do Ensino Médio sobre o conceito de comunismo. A pesquisa envolveu 40 estudantes de três escolas da rede pública do Distrito Federal, submetidos ao Teste de Associação Livre de Palavras. Os termos mais frequentemente evocados foram “ideologia política”, “ditadura”, “fome” e “igualdade”. Com base nos dados coletados, o artigo sustenta a hipótese de que, nas escolas analisadas, não é possível identificar uma “doutrinação comunista” efetiva.

O texto “Anticomunismo e ensino de história: origens e atualidade” de João Vitor de Armas Teixeira, nos apresenta uma análise sobre a relação entre o anticomunismo e o ensino de história, destacando que esse é um problema latente na conjuntura educacional brasileira. Reconhecendo que a educação está suscetível a influências políticas, o autor propõe-se estabelecer um diálogo entre a historiografia e a atualidade do anticomunismo, explorando como esses elementos afetam a prática pedagógica. Para abordar essa questão, a pesquisa adota uma abordagem teórica, buscando um estudo crítico e dialético do problema. O objetivo central é buscar caminhos para superar o atual momento, por meio de uma *práxis* transformadora, e contribuir para uma ampliação do estudo sobre o avanço da extrema-direita contra o ensino de história no Brasil recente.

Já o artigo “Ensino de história e os desafios do tempo presente: apontamentos a partir de projetos de educação em Direitos Humanos” das autoras Alessandra Gasparotto, Amanda Nunes Moreira, Carmen Beatriz Lübke Ücker e Natiele Gonçalves Mesquita, abordam diferentes experiências voltadas para a educação em Direitos Humanos nas aulas de história. O conceito de Direitos Humanos é objeto de controvérsias e disputas de narrativas na atualidade, o que torna a abordagem desse tema na escola um desafio marcado por diversas complexidades. Para investigar essa questão, foram desenvolvidos projetos

sobre Direitos Humanos em três escolas públicas da cidade de Pelotas/RS, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/PIBID. O texto é o resultado dessas experiências e está dividido em três partes: primeiramente, são abordadas discussões sobre o conceito de direitos humanos, a educação em direitos humanos e a nossa proposta pedagógica. Em seguida, apresentam-se reflexões sobre o desenvolvimento do projeto em cada uma das escolas parceiras. Por fim, são compartilhadas percepções sobre a abordagem dos direitos humanos nas aulas de História, a partir das aprendizagens obtidas e dos desafios enfrentados ao longo do processo.

Na perspectiva do uso de mídias digitais, o artigo de Pedro Botelho Rocha “As narrativas históricas nas videoaulas do YouTube: representações, temporalidades e usos”, tem por objetivo estabelecer um diálogo a respeito das diversas representações e construções de narrativas históricas presentes nas videoaulas de história disponibilizadas no youtube. O autor procura identificar as distintas abordagens adotadas pelos chamados Professores youtubers, compreendendo seus contextos e como o conhecimento histórico é transmitido por meio desses elementos narrativos. Para embasar a análise, o autor recorreu a algumas contribuições teóricas de Paul Ricoeur. O escopo deste trabalho envolve a análise de três canais específicos do youtube: “Profa Anelize”, “MundoEdu” e “Se Liga: Enem e Vestibulares”, cujas videoaulas são consideradas produtos audiovisuais destinados ao ensino da história escolar. A pesquisa buscou identificar elementos comuns presentes nas práticas dos Professores youtubers. Dentre os achados da pesquisa, destacam-se algumas características recorrentes nos materiais desses educadores digitais: a preocupação em sintetizar o conhecimento histórico, a adoção de retóricas narrativas lúdicas, teatrais ou informais, e o uso da oralidade como forma de exposição do conteúdo. O estudo pretende contribuir para a compreensão das dinâmicas de ensino e aprendizagem proporcionadas pelas videoaulas de história no ambiente digital do youtube.

O conhecimento histórico que é produzido e trabalhado, na dimensão escolar, é relevante para o combate dos negacionismos e das *fake news* que circulam na sociedade. É nessa direção que os autores Andrei Felipe Campanini e Gabriel Vinicius Baroni elaboraram o artigo intitulado “Produção e reprodução do conhecimento escolar em tempos de *fake news*: as contribuições da Divulgação e da Alfabetização Científica no ensino de História”. O objetivo central consiste na reflexão sobre a apropriação da metodologia da alfabetização científica pelas ciências humanas como um ponto estratégico para o fortalecimento da democracia e para o combate à desinformação e à negação científica. Além disso, são apontadas as diferentes potencialidades da referida abordagem didática e tecidas considerações sobre o papel da História na atualidade, bem como dos professores que atuam na Educação Básica como produtores, divulgadores e mediadores de conhecimento.

Na perspectiva do Ensino Superior, temos o texto intitulado “O que é história para alunos universitários? Diálogos entre o ensino de história e a formação superior” das autoras Darcylene Pereira Domingues e Júlia Silveira Matos. O artigo é resultado de estudos e práticas realizadas na formação continuada dos professores da rede municipal de ensino de Campinas. A partir de revisão bibliográfica sobre os limites e possibilidades da divulgação científica, o trabalho apresenta a adoção da metodologia de alfabetização científica pelas ciências humanas como uma estratégia fundamental para fortalecer a democracia e combater a desinformação e a negação científica. No contexto do ensino de história, o artigo busca destacar as potencialidades dessa abordagem didática e refletir sobre o papel da história na sociedade atual. Além disso, enfoca o papel dos professores da educação básica como agentes ativos na

produção, divulgação e mediação do conhecimento. A discussão central gira em torno da importância de capacitar os educadores para utilizar a alfabetização científica como uma ferramenta relevante no ensino das ciências humanas. Ao promover uma abordagem crítica e contextualizada das informações, os professores podem contribuir significativamente para fortalecer a democracia, capacitando os alunos a discernir fontes confiáveis de informação, identificar a desinformação e desenvolver um pensamento crítico e fundamentado. O papel da história é ressaltado como fundamental no contexto atual, permitindo que os estudantes compreendam o passado, contextualizem o presente e projetem possibilidades para o futuro. Nesse sentido, os professores são vistos como agentes que não apenas transmitem conhecimento, mas também promovem o pensamento crítico e a capacidade de questionar e analisar a realidade de forma fundamentada. O artigo destaca, portanto, a relevância da formação continuada dos professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficientes e atualizadas, que visem à promoção da alfabetização científica nas ciências humanas, contribuindo para uma sociedade mais informada, engajada e consciente de sua própria história e contexto.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Crislane Barbosa; CASTRO, Débora. A Base Nacional Comum Curricular e as mudanças para o ensino de História no Ensino Médio. *Ensino Em Re-Vista*, Uberlândia, v.29, p.1-24, 2022.
- BAUER, Caroline. Negacionismos históricos e os usos políticos do passado na contemporaneidade. BONETE, Wilian Junior; DANTAS, Jhonatan dos Santos. *Transformações sociais no mundo contemporâneo: entre olhares e reflexões*. Ananindeua: Cabana, 2021. P.43-57.
- BONETE, Wilian Junior. Ensinar História em tempos turbulentos: negacionismos, usos do passado e a aula como espaço de diálogos e resistências. In: GROH, Thiago. *Ensino de História: Mídias e BNCC*. Araguaína, TO: EDUFNT, 2022, p.69-83.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular*. Documento homologado pela Portaria nº 1.570. Brasília: MEC, 2018
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n.2, 177-229, 1990.
- GONTIJO, Rebeca. Cultura histórica. In: OLIVEIRA, Margarida Dias.de; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p.66-71.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 1, p. 9-44, 2001.
- MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. O historiador-docente entre as práticas e os saberes das políticas de formação continuada. *Anais do Encontro do GT História Política ANPUH RS – FURG e PUC RS*, 2011.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 66-88 – 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e Revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. *Novos combates pela História: desafios, ensino*. São Paulo: Contexto, 2021, p.85-114.

OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim de. Pressupostos da pesquisa e da formação continuada de historiadores docentes: uma contribuição da Educação Histórica. *Roteiro*, v. 45, 2020.

RÜSEN, Jörn. *Cultura histórica, formação e identidade: sobre os fundamentos da Didática da História*. Curitiba: WA Edições, 2022.